

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À FAUNA: ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE MORCEGOS EM SITES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL

MIRIAN ELERT DA SILVA¹; ANA MARIA RUI^{1,2}

¹Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Animal, Depto de Ecologia, Zoologia e Genética (DEZG), Instituto de Biologia (IB), UFPel. mirian.elert@gmail.com; ²ana.rui@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A fauna silvestre brasileira é protegida pelas Leis de Proteção à Fauna Silvestre (Lei nº 5197/67) e Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), sendo de responsabilidade dos órgãos federais e estaduais promover estudos e propor políticas públicas para sua proteção (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988; CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1989). Desta forma, para qualquer intervenção ou manejo de espécies, deve haver a elaboração de plano de manejo adequado e a submissão deste à instituição ambiental competente para autorização da atividade (IBAMA, 2006).

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), todo cidadão tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral e cabe as entidades públicas torná-las de fácil acesso, com a utilização de plataformas e serviços digitais (SGD/ME, 2022). A popularização do uso da internet tornou rotineira a busca das mais diversas informações, sejam elas notícias ou informações de um modo geral (SILVA, 2015). Nesse sentido, *sites* de órgãos públicos podem desempenhar papel crucial na disponibilização de informações confiáveis sobre biodiversidade, influenciando no conhecimento e nas atitudes da população frente a eventuais conflitos com espécies da fauna e flora nativas.

Os morcegos (Ordem Chiroptera) são a segunda maior ordem de mamíferos (SIMMONS, 2005) e desempenham importantes serviços ecossistêmicos, como dispersão de sementes, polinização de plantas e controle de populações de insetos (RAMÍREZ-FRÁNCEL *et al.*, 2021). Apesar da importância do grupo, muitas espécies de morcegos têm sido afetadas por atividades humanas que provocam mortalidade de um grande número de indivíduos (O'SHEA *et al.* 2016). A divulgação de informações corretas sobre o grupo e a adoção de políticas públicas de conservação e manejo são essenciais para mitigar os impactos às suas populações e evitar conflitos com humanos.

No presente trabalho, as páginas oficiais na internet das prefeituras dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, sul do Brasil, foram avaliadas em relação a conteúdos referentes aos morcegos (Chiroptera, Mammalia). Os objetivos específicos foram: 1. Verificar a disponibilidade de conteúdo sobre morcegos; 2. Compilar e categorizar o conteúdo sobre morcegos disponibilizado nas páginas; e 3. Verificar qual o enfoque principal dos conteúdos tipo “notícias” associados aos morcegos nas páginas dos municípios.

2. METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada no período entre abril e junho de 2023 através de pesquisa qualitativa e quantitativa em páginas oficiais das prefeituras municipais do estado do Rio Grande do Sul, Sul do Brasil. Os 100 municípios mais populosos foram incluídos no estudo, o que equivale a 20% dos municípios do estado onde vive 45,62% da população. Os municípios incluídos no trabalho têm tamanho populacional que varia de 1.492.530 (Porto Alegre) até 22.531 habitantes (Quaraí) (IBGE, 2023). O ponto de corte de inclusão dos municípios foi baseado no número total de habitantes e no Produto Interno Bruto (PIB), que influenciam na possibilidade de o município manter uma página na internet bem estruturada e atual, considerando os custos altos e dificuldades de acesso para recursos tecnológicos em municípios de pequeno porte (SGD/ME, 2022).

A plataforma de busca *on-line* do Google foi utilizada, adotando como expressão padrão “Prefeitura Municipal de nome do município ” a fim de localizar os respectivos portais oficiais dos municípios. As abas de pesquisa das páginas foram utilizadas para a localização de conteúdo com o uso das palavras-chave “morcego” e “quirópteros”. As páginas dos municípios sem a função de aba de pesquisa foram examinadas manualmente.

O número e frequência de municípios que possuíam algum tipo de conteúdo sobre morcegos na sua página oficial na internet foram contabilizados. O conteúdo localizado nas páginas dos municípios foi avaliado e classificado em quatro diferentes categorias de dados, sendo calculado o número e a frequência de municípios que disponibilizaram conteúdo das quatro categorias. Além disso, os conteúdos disponibilizados como notícias foram analisados quanto ao enfoque principal, através da leitura dos títulos das postagens.

Os dados sobre os municípios e sobre o conteúdo das informações localizadas foram organizados e analisados no programa Microsoft Excel®.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das buscas indicam que apenas 28 (28%) municípios disponibilizaram conteúdo referentes a morcegos em suas páginas oficiais na internet. Apenas um dos municípios avaliados não possuía a aba de pesquisa na página (Quaraí).

O conteúdo disponibilizado nas páginas dos 28 municípios foi classificado em quatro categorias: **(i) notícia**, que é um texto informativo de interesse público, que narra algum fato recente ocorrido associado a morcegos; **(ii) orientação**, instruções para a população sobre como agir em situações relacionadas a morcegos; **(iii) atendimento**, serviço de atendimento direto ao cidadão prestado por um setor ou órgão do município em casos de conflitos envolvendo morcegos (inclui a disponibilização de um telefone ou ramal, email ou atendimento presencial); e **(iv) licitação**, informações sobre processos de contratação de empresas terceirizadas para dedetização e desalojamento de morcegos (Figura 1).

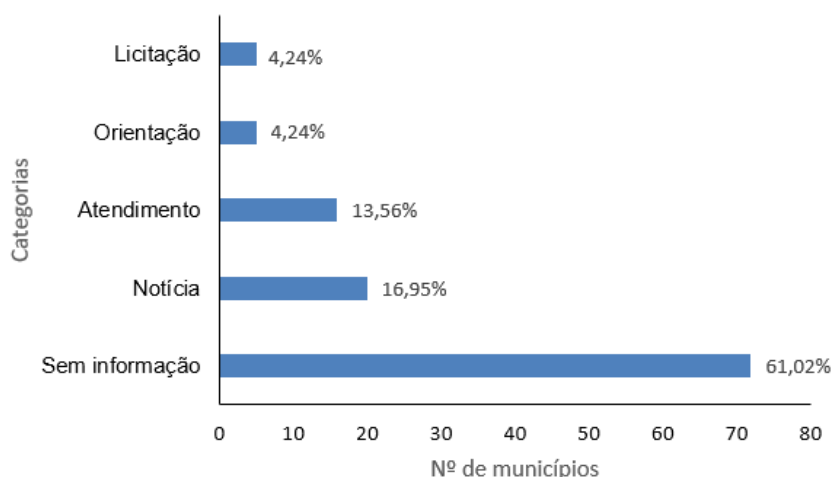


Figura 1 – Número e frequência de municípios com conteúdo nas quatro diferentes categorias e sem informação sobre morcegos em páginas oficiais no Rio Grande do Sul, sul do Brasil. Coleta de dados realizada no período entre abril e junho de 2023.

Dos 100 *sites* de municípios analisados, em 20 (17%) foram localizados conteúdo do tipo “notícias”, que totalizaram 112 notícias. Dessas notícias, 97 (86,61%) traziam conteúdos relacionados a doenças, principalmente a raiva, e 15 (13,39%) abordavam assuntos relacionados ao manejo e conservação. Esses dados podem ser explicados pelo fato do Rio Grande do Sul possuir um grande rebanho de herbívoros e pelos surtos de raiva frequente, doença que é transmitida pelo morcego hematófago (*Desmodus rotundus*), distribuído em todo estado.

Para o Rio Grande do Sul, há um plano de manejo elaborado pelo Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS, 2018) orientando sobre o manejo de morcegos e direcionado ao controle de doenças. Porém, não existe um material com orientações sobre manejo voltado a conservação e a mitigação de conflitos entre morcegos e a população.

As prefeituras possuem o dever de divulgar informações de interesse público, orientação e atividades exercidas por órgãos do município, assim como a disponibilização de atendimento (Lei nº 12.527/11), no entanto os resultados demonstram que isso não tem sido feito pelas prefeituras municipais do Rio Grande do Sul no que se refere ao manejo de fauna, particularmente em relação aos morcegos.

4. CONCLUSÕES

Neste trabalho, foi realizada uma análise de conteúdo sobre morcegos nas páginas das prefeituras municipais do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados demonstram que a maioria dos municípios (72%) não apresentam nenhum conteúdo na página. A categoria das notícias foi a mais encontrada, tendo como foco assuntos associados ao controle da raiva herbívora.

A falta de conteúdo e informações sobre morcegos nas páginas dos municípios demonstra que não existe uma gestão adequada para o manejo de conflitos com a fauna por parte dos órgãos públicos. A ausência de informações pode levar a população ao manejo incorreto de indivíduos e colônias, colocando em risco o estado de conservação destes animais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEVS. **Guia de manejo e controle de morcegos técnicas de identificação, captura e coleta.** Porto Alegre: Centro Estadual de Vigilância em Saúde, 2018. Ed. 2. p.142.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Brasília, 1989. Disponível em <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdlfqNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359>>

IBAMA. Instrução Normativa nº141/2006. Disponível em <<https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=112966>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>>

O'SHEA, T. J.; CRYAN, P. M.; HAYMAN, D. T. S.; PLOWRIGHT, R. K.; STREICKER, D. G. Multiple mortality events in bats: a global review. **Mammal Review**, v.46, n.3, p.175-190, 2016.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO – PLANALTO. Lei 9.605/1998. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>

PORTAL DA LEGISLAÇÃO – PLANALTO. Lei 5.197/1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm>

PORTAL DA LEGISLAÇÃO – PLANALTO. Lei 12.527/2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>

RAMÍREZ-FRÁNCEL, L. A.; GARCÍA-HERREIRA, L. V.; LOSADO-PRADO, S.; REINOSO-FLÓREZ, G.; SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, A.; ESTRADA-VILLEGAS, S.; K. LIM, B.; GUEVARA, G. Bats and their vital ecosystem services: a global review. **Integrative Zoology**, v. 0, p. 1-22, 2021.

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA (SGE/ME). Mapa de Governo Digital. Brasil, ed. 2022, v. 1, 51p, 2022

SILVA, S. P. Políticas de acesso à Internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. **Cadernos Adenauer**, v.16, n.3, p.151-171, 2015.

SIMMONS, N. B. 2005. Order Chiroptera, p. 312-529. In: Wilson, D. E. & D. M. Reeder (Eds.). *Mammal species of the world: a taxonomic and geographic reference*. 3th Ed. Vol.1. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2142 pp.